

Junta de Freguesia

SANTA CLARA



Ata número 27

13^a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia

(realizada no dia 29 de abril de 2021)



1 ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

2
3 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA

4
5 REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2021

6
7 ATA NÚMERO VINTE E SETE

8
9
10 No dia 29 de Abril de 2021, reuniu nas instalações da Junta de Freguesia, sito no Campo das
11 Amoreiras, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, sob a presidência do seu presidente,
12 Amândio António Almeida da Silva, coadjuvado por Sara Margarida Ferreira Madeira, Primeira
13 Secretária e Maria de Fátima da Cruz Alves Ferreira, Segundo Secretário.

14 Assinaram a lista de presenças, para além dos mencionados, os seguintes membros da
15 Assembleia: Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias, Mauro Fernandes da Meta Fone Wah,
16 Jácome Graçoeiro Dantas, Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo, Fernando Manuel de Jesus Bastos,
17 Paulo César Lopes Ribeiro, Gonçalo Nuno Santos Fonseca, Ricardo Luís Correia Martins de
18 Barros Duarte, Francisco Fragoço Laplaine Guimarães, Judite de Oliveira Rebelo Cerqueira. Às
19 21h00, constatada a existência de *quorum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a
20 reunião.

21 Constava da convocatória a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

22 A) Período de intervenção do público;

23 B) Período antes da ordem do dia

24 C) Ordem do Dia:

- 25 1. Discussão e votação das atas números 21, 24 e 25 da Assembleia;
- 26 2. Apresentação, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas
27 do Exercício 2020, os quais integração, nos termos dos artigos 76º e 77º da
28 Lei 73/2013 de 3 setembro, a certificação legal das contas de 2020 e respetivo
29 relatório sobre a situação económica e financeira 31/12/2020 imitado pelos
30 revisores oficiais de contas e relatório de atividades de 2020;
- 31 3. Apreciação do inventário e cadastro de 2020;
- 32 4. Apresentação, discussão e votação da 1ª Alteração Modificativa ao
33 Orçamento de 2021 (Revisão Orçamental);
- 34 5. Apresentação, discussão e votação da 1ª Alteração Modificativa ao PPI de
35 2021 (Revisão PPI);
- 36 6. Designação do Auditor Externo, Responsável pela Certificação Legal de
37 Contas de Freguesia (art.º 77.º da Lei Nº73/2013, de 13 de setembro);
- 38 7. Apresentação, discussão e votação da alteração à Estrutura Orgânica do
39 Serviços;
- 40 8. Apresentação, discussão e votação da 1ª Alteração de Mapa Pessoal de 2021;
- 41 9. Designação do júri de recrutamento para o cargo de direção intermedia de 2º
42 grau da Divisão de Ação Social e Desporto (DASD);
- 43 10. Designação do júri de recrutamento para o cargo de direção intermedia 2º grau
44 da Divisão Administrativa e Financeira (DAF);
- 45 11. Apreciação da Informação escrita da senhora Presidente e da situação
46 financeira da Junta de Freguesia;
- 47 12. Apresentação e votação da ata em minuta referente as liberações tomadas.

48 **Presidente da Assembleia** Iniciou a sessão. Pediram substituição os membros do PS Elza Maria
49 Fonseca, Luís Sande e Silva e Miguel Teixeira, pediu suspensão de mandato por 20 dias António
50 Moreira da Fonte, o qual foi substituído por Fernando Manuel de Jesus Bastos. Passou ao ponto
51 A - Período de intervenção do público. Deu a palavra ao Senhor José Henriques.

52 **José Henriques** Agradeceu ao Executivo em nome dos atletas que participaram do Campeonato
53 da Europa na Madeira. Há cerca de quatro anos que faz Protocolos de colaboração e a
54 coordenadora da Escola, a Professora Maria Caldeira. Não sabia a razão por que o primeiro

8
R
#

55 Protocolo que fizeram teve êxito foi assinado pela Paula Brito, este Protocolo foi rasgado e nunca
56 mais conseguiram entrar, no dia anterior entregou um Protocolo à Professora Fátima a começar
57 em setembro, falou com o responsável pelo pelouro do desporto, foi marcada uma reunião e talvez
58 só em conjunto se possa contornar a questão e as crianças possam praticar desporto no Centro de
59 Atletismo, a proposta que apresentou é que o Centro de Atletismo é o responsável por
60 equipamentos, transporte, alimentação, seguros e pagamento ao professor, a escola pode colaborar
61 em ceder algum documento para efetuar o seguro e a criança paga 10 (dez) euros pela inspeção
62 médica para a época e a escola não tem custo nenhum, a coordenadora Maria Caldeira que é
63 responsável por cerca de 500 crianças pensa sobre esta questão. Pediu à Senhora Presidente para
64 ser distribuído o protocolo.

65 **Presidente da Assembleia** Passou ao Ponto B período antes da ordem do dia. A Mesa recebeu 4
66 documentos do BE, 2 recomendações, 1 monção e 1 voto de saudação. Deu a palavra ao Senhor
67 Ricardo Duarte.

68 **Ricardo Duarte** Em relação à intervenção do público devia ser mais publicitado porque era
69 estranho que houvesse tão pouca gente a inscrever-se para não falar da divulgação e transmissão
70 dos trabalhos para que o máximo de pessoas pudessem ter acesso ao que se passa da Assembleia
71 de Freguesia, porque o que estavam ali a fazer era para a população. Sobre o voto de saudação
72 “Pela implementação da tarifa social da água automática”, este mecanismo foi aprovado pela
73 CML em 18 de março por proposta do vereador do BE Manuel Grilo, isto trazia uma grande
74 vantagem para numerosas famílias sobretudo na Freguesia de Santa Clara pelas inúmeras razões
75 e propunham saudar a CML por ter dado um importante contributo na resposta à crise e na
76 dignificação da vida humana, garantindo o acesso à água das famílias com menos rendimentos.
77 Sobre a recomendação “Contratação Pública transparente”, na sequência de uma recomendação
78 apresentada anteriormente que foi rejeitada pelo PS e pelo PSD que tinha a ver com transparência,
79 não de legalidade, isto para antever aquilo que é a resposta do Executivo, na senda do que foi na
80 outra vez, não estava em causa nenhuma ilegalidade, estava ali em causa era a transparência, na
81 altura frisaram que havia informação em falta na documentação que estava disponível no Portal
82 Base.gov, consultou alguns processos para perceber como estava a ser processado, uma vez que
83 esta informação não estava como o próprio entendia como deveria estar disponível a todos, após
84 um processo algo burocrático conseguiu ter acesso à informação, não havia qualquer ilegalidade
85 o que existe e os leva a fazer esta recomendação é que há uma situação, aparentemente recorrente,
86 nos processos que consultou em dois deles só há resposta por parte de uma entidade, no outro
87 processo há resposta por parte de duas entidades com a agravante de em um dos processos que é
88 o da iluminação de Natal há uma Consulta Prévia a 3 empresas em que é pedido um pré-orçamento
89 e só uma delas responde e quando é lançado um concurso são consultadas exatamente as mesmas
90 3 empresas, e tal como era expectável, apenas uma respondeu e a recomendação vai no sentido
91 de ponderarem consultar mais de 3 entidades, tal como viu em consultas mais recentes em que
92 houve mais entidades consultadas e dentro do possível, sempre que isso seja viável do ponto de
93 vista do tempo que se só houver, de facto uma resposta que se reinicie o processo de forma a obter
94 mais respostas, o propósito deste mecanismo é permitir ao Executivo escolher a melhor opção se
95 há uma só opção, cai por base esse mecanismo, estavam a falar sobre transparência e não de
96 legalidade e pretendiam também que os Relatórios Finais deveriam ser publicitados e publicar a
97 recomendação no Boletim da Junta ou no site da Junta de Freguesia. Passou à Recomendação
98 “Recomenda à Junta de Freguesia de Santa Clara que tome as devidas diligências no sentido de
99 serem colocadas medidas dissuasoras de velocidade na Rua Barata Feyo, na Rua Maluda, na Rua
100 João Amaral, na Rua Hein Semke e na Rua Tito de Morais”, na rua Tito de Morais houve dois
101 acidentes com algum aparato o que coincidia com estas ruas eram ser retas longas, em todas elas
102 habitacionais e a incapacidade que esse Executivo tem demonstrado em criar condições para
103 evitar excesso de velocidade nestas vias, a primeira recomendação que apresentaram foi aprovada
104 por unanimidade, no entanto, face à inexistência de qualquer resultado, passaram a acrescentar
105 um pedido do que foi feito para saberem quem é que impede porque sabiam que não era da
106 competência direta da Junta, mas se a Junta já fez por isso e alguma entidade seja ela qual for
107 estava a barrar, queriam saber disso, até para ajudarem o Executivo porque era do interesse de
108 todos, esperavam que não acontecesse nada de maior gravidade e depois terem de correr atrás do
109 prejuízo. Sobre a moção “Restituição do fontanário sito no Largo do Ministro a sua configuração

8
R
A

110 original”, tratava-se de um fontanário histórico de distribuição de água pelas populações de
111 Lisboa na sequência de escassez da mesma à semelhança de outros, foi feito na sequência de outro
112 tal como o fontanário do Largo do Paço em que sofreu uma intervenção e o fontanário está intacto,
113 nesta situação, por alguma razão estranha, foi retirada a pedra exterior que servia para os animais
114 beberem água que era um bem escasso, o património histórico daquele fontanário não está
115 completo e não é por falta de espaço, instavam o Executivo a repor aquele momento porque não
116 há qualquer lógico em que o mesmo tenha sido retirado.

117 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Francisco Guimarães.

118 **Francisco Guimarães** Informou que iria se ausentar por volta das onze horas e trinta minutos.
119 Em relação às propostas que o BE apresentou, o CDS iria votar favoravelmente todas porque são
120 importantes para a Freguesia, em particular a da Contratação Pública, mas também as medidas
121 dissuasoras de velocidade nas ruas que foram citadas, mas sobre a Contratação Pública, quando
122 se fala em Consulta Pública e se diz que vai consultar empresas presume-se que seja para obter
123 orçamentos e esses orçamentos façam parte da avaliação para depois essa empresa ser contratada
124 ou não. Nestes casos das consultas não foram apresentados orçamentos, o espírito legislador não
125 pensou que a Junta iria consultar 3 empresas, mas só uma delas é que iria enviar orçamento,
126 podiam evitar isto se duas coisas acontecessem, uma delas era a Junta pedir 3 orçamentos, em vez
127 de se fazer 3 consultas e o Relatório deve ser público e depois para terem acesso a esses Relatórios
128 para perceberem porque que a empresa foi escolhida.

129 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Bruno Rôlo.

130 **Bruno Rôlo** no quadro do urbanismo da Freguesia e tendo em conta as inúmeras movimentações
131 urbanísticas que têm sido realizadas nos últimos tempos na zona da Alta de Lisboa e na zona
132 envolvente à Charneca e Campo das Amoreiras pretendiam saber se a Junta tem conhecimento,
133 se não tiver se pode apurar e informar por escrito aos membros da Assembleia se estava prevista
134 alguma intervenção da CML nos terrenos da antiga Quinta do Louro. Em relação aos documentos
135 apresentados pelo BE relevava duas situações, a situação do fontanário, do que restou daquela
136 requalificação que mais não foi que uma degradação patrimonial de uma zona histórica da cidade
137 o que se pode reverter é colocar lá o bebedouro dos cavalos, em termos práticos não era o mais
138 relevante, mas era uma saída airosa para uma coisa que não tem justificação nenhuma a não ser
139 que tivessem partido a pedra, tem que haver uma justificação, isto não era uma crítica
140 exclusivamente à Junta, o que lhe fazia confusão era que como é que houve um arquiteto da CML
141 que assinou aquele projeto de reconversão daquela zona e como é que o Executivo da CML
142 aprovou porque ainda há uns anos havia umas zonas que eram os núcleos históricos que estavam
143 blindadas legalmente por documentos camarários, nomeadamente pelo PDM e outros documentos
144 legais urbanísticos que impediam, na prática, qualquer intervenção de fundo fosse por meio
145 privado ou por iniciativa pública em determinadas zonas, e o Largo do Ministro era uma delas,
146 agora é a própria Câmara, em conjunto com a Junta de Freguesia que fazem uma intervenção que
147 desvirtua completamente todo o enquadramento de um núcleo histórico que existia e que durante
148 o Século XX foi protegido e em menos de 20 anos do Século XXI quem lá passar vai pensar que
149 foi uma nave espacial que ali pousou e ficou tudo novo e tal como disse o Senhor Ricardo Duarte,
150 repondo o fontanário não se percebe porque que não está lá o bebedouro. Em relação à
151 Contratação Pública, em tom irónico só podia tirar duas conclusões, ou o Executivo tem ali um
152 parceiro como tinha da outra vez ou na sessão que vai dar continuidade a esta virá ali a Senhora
153 Jurista subscrever o outro parecer, fazer outro parecer sobre a mesma coisa porque os parceiros
154 diziam que não valia a pena, se calhar a Junta também tem um parecer a dizer que pode pedir 3
155 orçamentos, só responde uma entidade e adjudica aquela, e se houver esse parecer, em que é que
156 ele se fundamenta porque na sua ignorância jurídica se esse parecer for fundamentado em leis da
157 República que digam que isso pode ser assim, mas ainda que se assim for, não podiam andar
158 permanentemente a dizer que defendem a transparência, que combatiam a corrupção, que
159 combatiam o enriquecimento ilícito e etc. e depois coisas tão básicas como haver os Relatórios
160 na Base.gov não ser obrigatório e fazerem 3 consultas e só responder um, isso parecia que não
161 era muito importante para quem gere os destinos da Freguesia ou, se é importante, está vinculado
162 a algum parecer que não conhecem e que estavam a levantar problemas onde eles não existem, se
163 houver esse parecer podia ser distribuído, e se não houver, talvez na próxima sessão, o consigam

\$
✓
A

164 analisar, mas como estavam a discutir isto nesta sessão iam votar favoravelmente as quatro
165 propostas.

166 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Ricardo Duarte

167 **Ricardo Duarte** Tiveram o cuidado de saber se era legal, e de fato é legal, desde que consultem,
168 a questão é se é moral e transparente.

169 **Presidente da Assembleia** Informou que o elemento do CSC, Paulo César Ribeiro, tomou lugar
170 na Assembleia. Deu a palavra ao Senhor Paulo César Ribeiro.

171 **Paulo César Ribeiro** Pediu desculpa pelo atraso. Em relação à sessão solene do 25 de abril que
172 esta Junta quer sempre comemorar quer ficar na fotografia que vive o 25 de abril, mas é só naquele
173 dia, mas o ano tem mais dias, o 25 de abril não é só pôr a música da Grândola Vila Morena, a
174 estiar a bandeira de Portugal naquele dia, é manter o ano todo os valores de abril, a fraternidade,
175 a igualdade porque isso não é o que se passa nessa Freguesia, todos os anos é uma repetição, não
176 estiveram presentes porque acima de tudo tem que dar o exemplo se querem que as pessoas
177 estejam confinadas e não estejam em grupo, o CSC tem que dar o exemplo, não há exceções, há
178 vidas e empregos que estão destruídos. Em relação às moções apresentadas pelo BE, os CSC
179 trouxeram nesta Assembleia uma moção que foi aprovada por unanimidade a cerca de 3 anos, o
180 que difere desta é que foram acrescentadas ruas, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia
181 estava a ser conivente porque o seu papel é zelar pelos membros da Assembleia e foi conivente
182 com o veto de gaveta que esta Junta fez que até hoje não cumpriu uma moção aprovada por esta
183 Assembleia, continua a não exercer os seus poderes que é o de obrigar a Junta a cumprir o que é
184 ali aprovado, quando foi o orçamento a Senhora Presidente disse que o Senhor Ricardo Duarte
185 deu uma ideia, não se tratavam de ideias e sim de moções aprovadas ou já houve um acordo para
186 as próximas eleições com o Senhor Ricardo Duarte e este tem que ser satisfeito, porque esta
187 moção é um desrespeito aos membros do CSC, os CSC tem dois membros e o BE só tem um, e
188 não foi cumprido o que foi apresentado pelos dos elementos do CSC e que foi aprovado, e agora
189 que o BE apresentou esta moção iriam fazer as lombas porque em outubro há eleições, isto era
190 uma falta de respeito com qualquer membro da Assembleia, o Senhor Ricardo Duarte deveria ter
191 feito esta moção só com as ruas que faltavam porque a rua João Amaral e a rua Hein Semke foram
192 aprovadas nesta Assembleia, não precisava de ser aprovado outra vez. Sobre a moção Contratação
193 Pública transparente, não era preciso nenhuma moção para este tema, basta cumprir a Lei, se
194 cumpriam ou não a Lei, isto depois iam ver, a Lei é explícita e taxativa por um certo valor é por
195 Concurso Público e por um certo valor é Ajuste Direto, podiam discordar das empresas, mas há
196 limites, isto era reforçar o que a Lei dizia, em relação a esta moção, iam abster-se. Sobre a moção
197 do fontanário, uma notícia da televisão noticiou que o departamento de obras da CML estava a
198 ser investigado e não foi porque a Polícia Judiciário lhe apeteceu, não houve respeito pelo
199 património desta Freguesia nem pelo da cidade, este fontanário não é de Santa Clara, é da cidade
200 de Lisboa e continuavam a fazer etas barbaridades por pessoas que acham que sabem tudo, mas
201 no fim não sabem nada e gasta dinheiro nos mesmos sítios todos os anos basta fazer um apanhado
202 das obras que foram feitas neste edifício e vissem os valores que foram gastos nas duas sedes e
203 continuam a fazer obras, e uma grande obra da Junta foi a colocação de um tubo na relva na rua
204 Varela Silva que pode ser verificada através da publicação no facebook, estão sempre a falar nas
205 mesmas coisas e a Junta não muda.

206 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Ricardo Duarte

207 **Ricardo Duarte** De fato tinha sido aprovada uma moção em relação à rua Hein Semke e rua João
208 Amaral exatamente no mesmo dia em que também foi aprovada por unanimidade a rua Maluda e
209 a Barata Feyo, não faziam as coisas por terem sido feitos acordos e repudiava esse tipo de
210 insinuação, nesta moção existe o ponto 2 que é realmente diferente e que tem a ver com a falta de
211 execução por parte do Executivo e por isso acrescentaram esse ponto 2 para obrigar o Executivo
212 a responder perante o que recomendaram, também não deve ter lido com atenção a recomendação
213 sobre a Contratação Pública e transparência, não foi cometida nenhuma ilegalidade, a Lei foi
214 cumprida, é realmente uma questão de transparência.

215 **Presidente da Assembleia** Sobre os quatro documentos apresentados pelo BE, a contratação
216 pública e transparência, nestas matérias sabiam muito bem que era a Lei que determinava esses
217 procedimentos e a Junta tem sempre cumprido com esses procedimentos, em relação à
218 recomendação das medidas dissuasoras, este assunto já está a ser tratada pela Direção Municipal

219 e os seus projetos já estão em execução, em relação ao voto de saudação da tarifa social e este
220 medida foram implementadas pela CML no seu todo que é do PS e BE, não fazia muito sentido
221 para o PSD um aproveitamento político de um só partido, em relação à moção do fontanário, era
222 uma obra do Executivo e ainda não estava concluída, mas a Senhora Presidente ia ter a
223 oportunidade de fazer os esclarecimentos, neste sentido, o PSD ia votar contra todos os membros.
224 Deu à palavra à Senhora Presidente da Junta.

225 **Presidente da Junta** Sobre o voto de saudação estava de acordo com aquilo que o Senhor
226 Amândio disse, que esta medida foi votada pelo Executivo Municipal em que o BE é apenas um
227 elemento no conjunto das pessoas que votaram, não retirava nenhum mérito a esta medida porque
228 efetivamente era uma boa medida que beneficiava as famílias, não era isso que estava em causa,
229 o que se estranhava era que aparecesse essa moção proposta pelo BE quando há tantas propostas
230 na CML que passam todos os dias, ao apresentaram ali este voto de saudação que se lembrassem
231 que o vereador ali mencionado que é tão elogiado tenha faltado a sua promessa de reconstruir as
232 duas escolas da Freguesia, Maria da Luz de Deus Ramos e Eurico Gonçalves, foi uma promessa
233 que também os envolveu e em que acarinharam e apoiaram totalmente, já foram repetidas vezes
234 a vários anos e que o BE não viesse ali lamentar que isso não tenha sido feito e venha depois
235 apresentar para se aproveitar de vir a ser publicado e divulgado no Boletim uma proposta na
236 Câmara entre tantas propostas, o BE também não se incomodou com outras questões nesta
237 Freguesia e devia estar muito incomodado porque são duas escolas muito importantes que estão
238 a precisar totalmente de requalificação, foram prometidas pelo vereador do BE, em que
239 acreditaram nele e ombrearam para a solução dos problemas e na realização da obra e até ao dia
240 de hoje não aconteceu, aconselhava o BE também a preocupar-se com isso, esta medida
241 extemporânea e fora de sentido a propor uma saudação para uma medida proposta na CML
242 aprovada pelo seu Executivo. Sobre a recomendação dos procedimentos da Contratação Pública
243 e aquilo que chamam de contratação pública transparente, não tinham rigorosamente nada a
244 esconder e quem faz as contratações públicas são os serviços da Junta pelos seus funcionários que
245 têm de se reger pela Lei, aquilo que a Lei ditar como os procedimentos exigíveis, os quais
246 dependem dos valores que estiverem em causa, porque valores mais baixos exigem outros
247 procedimentos, os procedimentos exigíveis têm a ver com os valores em apreço, quando se lança
248 um procedimento e se convidam um certo número de instituições a apresentar os seus orçamentos,
249 os procedimentos numa ou noutra circunstância são aqueles que a Lei estipula e a Lei estipula
250 procedimentos em conformidade com os valores que estiverem em apreço e não é só para a
251 Freguesia de Santa Clara é para toda a função pública em geral, também para todas elas quando
252 lançam um concurso nos termos normais e se, eventualmente, ninguém responde e muitas vezes
253 acontece é porque não interessa e esses concursos ficam vazios, se interessa à entidade, volta a
254 abrir o concurso nos mesmos ou noutros termos, mas o concurso ficou vazio porque ninguém
255 respondeu, mas se alguém respondeu, tem que ser respeitado, quanto à transparência, sobre esse
256 aspeto, são transparente porque divulgam a informação e esta disponível, inclusive já tiveram
257 uma auditoria em que foram elogiados porque têm as coisas organizadas, no que diz respeito à
258 transparência não recebem lições. Em relação à recomendação sobre os arrolamentos, estas
259 situações tal como outras situações na Freguesia são sempre objeto de análise, identificação e de
260 reporte para quem de direito, é a Direção Municipal de Mobilidade que trata destas situações e
261 não pode ser a Junta de Freguesia a desempenhar o papel para além de identificar essas mesmas
262 nas sociedades e de pedir as respetivas intervenções e é o que tem feito, o ponto de situação atual
263 transmitido pelo ITM estava a ser feito o projeto para a rua Barata Feyo e para a rua Maluda, mas
264 estavam de acordo quando dizem que essas intervenções nesses arrolamentos são necessárias, o
265 que não estavam de acordo é no aspeto de que os assuntos estão a ser tratados efetivamente, estão
266 a ser sistematicamente colocados pela Junta de Freguesia, tem estado em articulação com a
267 direção municipal e sabiam que estes projetos estão a ser feitos, nesse sentido a proposta acaba
268 por não ser adequada. Quanto à moção quanto ao fontanário sito no Largo do Ministro e as
269 considerações apresentadas em relação à requalificação geral do Largo do Ministro, foi aprovado
270 em Assembleia Municipal com a unanimidade de todos os partidos representados a delimitação
271 designada por ARU de Santa Clara, isso significa que há uma zona que abrange toda a Quinta de
272 Santa Clara, toda a zona antiga da Ameixoeira e que se foi alargando a seu pedido o mais possível
273 para ser considerada uma zona de intervenção necessária, no âmbito dessa concordância

274 conseguida a nível da Assembleia Municipal estão a ser feito vários projetos, estão a ser
275 implementados vários projetos de requalificação, a CML fez a requalificação da Azinhaga da
276 Cidade, depois no âmbito do projeto uma praça em cada bairro na Alameda António Sérgio com
277 a rua Jorge de Sena em duas fases, também na rua Vitorino Nemésio e em cooperação com a CML
278 a Junta de Freguesia fez mais uns troços de todo um projeto muito mais alargado está em equação,
279 a Junta de Freguesia fez a requalificação no talude da rua Jorge de Sena e também a requalificação
280 do Largo do Ministro e isso foi perfeitamente articulado com a continuação desta artéria a
281 montante e a jusante, a jusante para o lado da Estrada da Ameixoeira, a montante para o lado da
282 rua Direito até ao Largo do Terreiro inclusive e ruas adjacentes, isto é um projeto muito maior do
283 que aqueles bocados que já estão feitos, o que está a ser feito é uma intervenção por etapas, em
284 que a Junta de Freguesia através de Contratos de Delegação de Competências que propõe intervir
285 numas zonas e a CML em outras, mas todo o projeto é feito em concertação de posições para que
286 não ficasse no final uma manta de retalhos, como por exemplo como o que se vê no Largo do
287 Ministro já é para ter sequencia nas outras duas ruas que vão ser feitas, nos mesmos moldes, isto
288 para dizer que a Junta de Freguesia não está a intervir ali só porque está, também eram muitas
289 vezes acusados de que estavam a intervir no edifício da Junta, e nesse aspeto não receberam um
290 palácio, houve várias Juntas em Lisboa que receberam palácios autênticos, a Junta de Freguesia
291 de Santa Clara recebeu instalações antigas, inadequadas e insuficientes e não teve outro remédio
292 senão adaptar e tem vindo fazê-lo, tem recebido muitos elogios da parte de várias instituições, da
293 CML, pela capacidade de terem vindo a conseguir adequar todas essas instalações, tanto no
294 edificado público quanto no espaço público e que faz toda a diferença, em termos de edificado
295 tem uma estratégia, sabem muito bem o que estão a fazer só que é feito por fases e não poderia
296 ser de outra forma porque senão não cabiam em lado nenhum, tem como estratégia promover toda
297 a parte térrea dos dois edifícios 1 e 3 e os que eram casas de habitação onde está a funcionar o
298 atendimento, toda essa parte térrea fica para atendimento de serviços a prestar à população, sendo
299 que o número 1 já estão a tratar para que seja aí a Universidade da 3ª idade, em tempos não podia
300 ser porque não havia instalações suficientes mas ia ser porque achavam extremamente importante
301 para as pessoas a partir de uma certa idade terem a possibilidade de passar o seu tempo, de
302 continuar a sua forma de aprendizagem de uma forma positiva num espaço ao nível térreo, é muito
303 mais adequado, iam continuar esta remodelação para proporcionar à população os serviços
304 chamado de academia de formação no número 1 do Largo do Ministro e já estavam a dar muitos
305 passos nesse sentido porque já tinham o aval da CML, em relação ao espaço exterior em que uns
306 gostarão e outros não, era normal porque gostos não se discutem, sobre o fontanário, há muitos
307 tipos de fontanários e em Lisboa também os há e fizeram este levantamento e tem algumas
308 imagens recolhidas pelo arquiteto Carlos Brandão, fez um levantamento daquilo que existe e
309 dentro desta modalidade específica de fontanário, existem dois grandes conjuntos, uns têm o
310 bebedouro para os animais e outros não têm, e dentro desses que têm é feito logo no início ao
311 mesmo tempo e com o mesmo traço que tem o restante do fontanário, há uma peça única o que
312 não é o caso deste fontanário, o fontanário que esta no Largo do Ministro originalmente não tinha
313 esta componente e depois foi cortado, *a posteriori*, precisamente para lhe acoplar uma outra peça,
314 a peça do bebedouro e essa peça era muito diferente em constituição tal como pode ser observado
315 o corte na imagem, se estivessem ali com a preocupação da retoma do fontanário original, esse
316 não tinha nenhum bebedouro, o que acontece é que o Senhor arquiteto está a promover e a obra
317 ainda não está acabada, o fontanário ainda não está acabado ainda lhe falta muita coisa, já
318 conseguiram pôr visível a parte de pedra em que estava coberto de pó de cimento, já conseguiram
319 limpar tudo, mas havia muitas outras coisas além do bebedouro que ainda faltam recuperar, esta
320 peça ainda está incompleta, estavam a tratar esse assunto.

321 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Ricardo Duarte para a defesa da honra.

322 **Ricardo Duarte** já era a segunda vez que a Senhora Presidente mencionava o vereador do BE do
323 pelouro da educação, mas o pelouro das obras é do PS e as obras dependem deste pelouro e se as
324 obras não avançaram não foi por culpa da vereação da educação.

325 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Paulo César Ribeiro para a defesa da honra.

326 **Paulo César Ribeiro** ao fim de quatro anos era sempre tudo igual, a Senhora Presidente não
327 responde a nada, omite o que quer, diz o que lhe parece, mas não era assim, eram eleitos para
328 responderem às perguntas, quer passar atestados de incompetências às pessoas, foram retiradas

329 pedras antigas do fontanário porque não faziam parte do fontanário antigo original e quer-se fazer
330 passar essa ideia às pessoas, isto não era liderar uma Junta, a Senhora Presidente não tinha
331 capacidade para estar numa Junta, a Charneca está deserta e abandonada, triste, cinzenta e atrasada
332 e agora quer fazer o mesmo na Ameixoeira.

333 **Presidente da Assembleia** O Senhor Paulo César Ribeiro não fez defesa da honra, mas emitiu
334 opiniões. Submeteu à votação o voto de saudação “Pela implementação da tarifa social da água
335 automática”, o qual foi rejeitado com 7 votos contra: 5 do PS e 2 do PSD e 6 votos a favor: 2 do
336 PCP, 2 dos CSC, 1 do BE e 1 do CDS/PP. Submeteu à votação a recomendação “Contratação
337 Pública Transparente”, a qual foi rejeitada com 7 votos contra: 5 do PS e 2 do PSD; 2 abstenções
338 dos CSC e 4 votos a favor: 2 do PCP, 1 do CDS/PP e 1 do BE. Submeteu à votação da
339 Recomendação “A Junta de Freguesia de Santa Clara que tome as devidas diligências no sentido
340 de serem colocadas medidas dissuasoras de velocidade na Rua Barata Feyo, na Rua Maluda, na
341 Rua João Amaral, na Rua Hein Semke e na Rua Tito de Morais”, teve a seguinte votação: 6 votos
342 contra: 4 do PS e 2 do PSD; 1 abstenção do PS e 6 votos a favor: 2 do PCP, 2 dos CSC, 1 do BE
343 e 1 do CDS/PP, uma vez que houve empate na votação usou o voto de qualidade para rejeitar a
344 moção. Submeteu à votação a moção “Restituição do Fontanário sito no Largo do Ministro a sua
345 configuração original”, a qual foi rejeitada com 7 votos contra: 5 do PS e 2 do PSD e 6 votos a
346 favor: 2 do PCP, 2 dos CSC, 1 do BE e 1 do CDS/PP. Deu a palavra ao Senhor Paulo César Ribeiro
347 para declaração de voto.

348 **Paulo César Ribeiro** A abstenção na contratação pública transparente foi porque isso era
349 implícito, não era necessário reforçar a transparência, bastava cumprir a Lei, esta recomendação
350 não fazia sentido, votaram a favor às medidas dissuasoras de velocidade por ser uma coisa positiva
351 para a Freguesia, embora já tenha sido aprovado anteriormente, a resposta que era dada era que
352 estava a ser tratado, mas os membros da Assembleia não eram informados das demarshers do que
353 seja em relação ao que ali aprovado, e era anulados pela maioria PS/PSD. Deu a palavra ao Senhor
354 Ricardo Duarte para a declaração de voto.

355 **Ricardo Duarte** Agradeceu o esclarecimento prestado, mas se já tivesse sido prestado não tinha
356 sido necessária esta recomendação, além da introdução da Rua Tito de Morais, a introdução do
357 ponto 2, que recomenda ao Executivo essa prestação de contas que não tinha sido feita e que foi
358 mais ou menos feita nesta sessão e não foram muito bem esclarecidos e não se compreendia que
359 uma recomendação com este teor que não pede ao Executivo mais do que a sua obrigação e é
360 chumbada pelo PS e PSD, que saudava a abstenção do elemento do PS e lamentava que não
361 tivesse ido mais longe porque teria sido diferente. Sobre a Contratação Pública Transparente,
362 dizerem que basta cumprirem a Lei é pouco porque salientaram, mais uma vez, a leitura da
363 recomendação tivesse tirado essa dúvida é que se vá um pouco além da Lei para que se saiba
364 exatamente aquilo que se passava e ao contrário daquilo que a Senhora Presidente disse, tinha o
365 Relatório das luzes do Natal em que dizia “Considerando que dentro do prazo da apresentação
366 das propostas, que das 3 entidades convidadas apenas 1 apresentou proposta”, não apresentaram
367 3, mas só 1 e que era óbvio que só ia ser apresentada 1 porque já tinham perguntado às 3 entidades
368 e só uma tinha respondido, não era ilegal, a Lei permite fazer assim, mas não era transparente,
369 não entendiam a abstenção dos CSC, cingiram-se à legalidade, o voto contra do PS e do PSD
370 demonstra o que tem sido demonstrado é que são adversos à transparência. Em relação ao voto
371 de saudação, mais uma vez foi deturpado, o que visa é “saudar a CML por dar um contributo na
372 resposta à crise e na dignificação da vida humana, garantindo o acesso à água das famílias com
373 menos rendimentos”, o PS e o PSD disseram que era uma medida importante, que era positiva,
374 normalmente saúda-se coisas positivas, vá se lá perceber porque é que votaram contra,
375 provavelmente porque a proposta partiu do BE, é factual que partiu. Sobre a recomendação do
376 fontanário aconselhava à Senhora Presidente um livro que lhes foi oferecido, na página 293 em
377 que tem lá uma fotografia do fontanário à data e com aquele bebedouro, vir dizer que foi colocado
378 depois é fazer malabarismos e mais uma vez via votações sobre invenções e fabulações sem
379 necessidade nenhuma, era só dizerem que iam colocar a pedra.

380 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Francisco Guimarães

381 **Francisco Guimarães** Som inaudível 1:23:50 a 1:27:00

382 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Bruno Rôlo

383 **Bruno Rôlo** Tendo em conta o ambiente antes da votação não quis pedir a palavra, mas o Senhor
384 Presidente não tem moral, não tem autoridade, não tem conhecimento sequer para invocar o
385 regimento e nesse sentido não lhe admitia que cortasse a palavra de qualquer força política
386 baseado numa coisa que não consta do Regimento, o Senhor Presidente conduz as sessões e tem
387 autoridade para as conduzir, mas não tem autoridade para conduzir sem conhecer o que está por
388 detrás da sua autoridade e se não conhece que lesse, o PAOD não são 30 minutos, são 60 minutos
389 conforme o Art. 41, as intervenções da Senhora Presidente são 10 minutos, não são 15 minutos
390 como ela fez, não entreviu porque ao contrário do que é habitual em que se insurgiu na última
391 sessão e teve que abandonar, a Senhora Presidente gosta de ir para ali ler, nesta sessão até
392 respondeu, mas não respondeu à questão do PCP sobre a questão da Quinta do Louro, mas como
393 até estava a esclarecer coisas que podia ter esclarecido de forma mais sucinta e não compete ao
394 Executivo pronunciar-se sobre as moções, isso não consta no Regimento, tem que se pronunciar
395 sobre as questões que são apresentadas pela Freguesia e eventualmente algumas moções tendo
396 alguma situação que a Junta possa esclarecer, esclarece, não se pronuncia, se está de acordo ou
397 não porque a Junta de Freguesia não faz parte da Assembleia e o Senhor Presidente devia saber
398 isto tudo e se não sabe, já tinha tido tempo de ter aprendido, também dizer que não há segundas
399 ondas que dissesse qual era o artigo do Regimento onde não havia segundas rondas, só merece
400 respeite quem se dá ao respeito, é saber ler o Regimento que depois se pode exigir respeito.
401 Concordava com as intervenções anteriores relativamente à postura do PS e do PSD sobre essas
402 matérias, é consecutivo que estavam de acordo com o intuito, mas não queriam que houvesse
403 brilharete, o problema aqui é falta de cultura política, democrática e tal como o Senhor Paulo
404 Ribeiro diz não podem só dar vivas à liberdade no dia 25 de abril, porque se estavam todos de
405 acordo que foi bom para a Freguesia e para a cidade por que razão não podiam exaltar a medida
406 da CML foi boa, quando quatro forças políticas da oposição, na própria CML, votaram a favor de
407 uma medida que foi feita por unanimidade que é para o bem da população e depois era vergonhoso
408 ver pessoas que têm palas nos olhos e isto não conseguia compreender, é legítimo, mas não é
409 respeitável, o Senhor Presidente e a Mesa, antes de invocar o Regimento, lesse sobre o que está a
410 dizer, porque quando diz barbaridades, está a pôr lenha na fogueira, não havia questões de
411 primeiras ou segundas rondas, há tempos, era sensível à flexibilidade dos tempos, com
412 moderação.

413 **Presidente da Assembleia** A sua intervenção não era no sentido de defender a sua honra, porque
414 sua honra é muito grande, conhecia bem o estilo do Senhor Bruno Rôlo, é um estilo muito
415 agressivo, de facto tinha dito 30 minutos, o lapso dos 30 minutos é o que consta na convocatória,
416 mas já ultrapassaram os 60 minutos do PAOD, efetivamente não há primeiras e nem segundas
417 rondas, mas há timing porque não podiam estar infinitamente e os 60 minutos já foram
418 ultrapassados sobejamente em todos os pontos e nesta questão tem de haver bom senso e
419 equilíbrio, respeitava a posição do Senhor Bruno Rôlo, podia discordar dela, mas tinha direito a
420 tê-la. Passou ao ponto um da ordem do dia Discussão e votação das atas números 21, 24 e 25 da
421 Assembleia. Deu a palavra ao Senhor Ricardo Duarte.

422 **Ricardo Duarte** Relativamente à ata nº 24 na linha 231 aparece como inaudível, estes dez
423 minutos dizem respeito à apresentação dos documentos que foram votados tal como já tinham
424 recomendado, nas atas não constam em anexo os documentos votados, nesta ata quem ler fica
425 saciado de informação sobre o que se passou, deviam ser anexados em todas mas especialmente
426 nesta para que haja uma noção do que foi que se passou na Assembleia, na impossibilidade de
427 recuperar o som e, neste caso, não podiam votar a favor, já tinha sido detetado o problemas nas
428 gravações e era desagradável continuar a acontecer, já tinha acontecido com o Senhor Bruno Rôlo,
429 nesta aconteceu consigo, convinha verificar a situação, propunha que uma vez que não aparece o
430 conteúdo, que sejam anexados os documentos para quem quiser consultar.

431 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Bruno Rôlo

432 **Bruno Rôlo** Já por diversas vezes que as gravações não se consegue ouvir, já propôs que no meio
433 desta parafernália de dinheiro que se comprasse outro sistema, se gastaram centenas de milhares
434 de euros em obras, não é por 1.500 ou 2.000 euros em equipamentos eletrónicos que iam ali
435 criticar, a questão era ou resolvem ou compram um novo, estavam a votar ali uma ata de 17 de
436 junho de 2020 porque a sua intervenção não está gravada e, na última sessão, a ata que ficou para
437 o fim da sessão e como abandonou a sessão antes de acabar, achou que tinham votado a ata, ia

438 abster-se de votar essas atas, as atas têm boa qualidade na parte que está transcrita, o problema é
439 a parte que não tem transcrição, o que tem de resolver não é melhorar as atas, mas melhorar as
440 gravações, na ata 21 falta uma coisa que hoje não tem no Relatório que são as conclusões da
441 revisão oficial de contas a dizer o que é que a Junta não cumpria e agora já não consta porque
442 provavelmente a Junta já cumpre, ainda bem que os revisores oficiais de contas fizeram essa
443 menção e ainda bem que leu aquilo e ainda mal porque não ficou gravado e iam continuar a
444 aprovar uma ata que não tem gravado um documento que toda gente teve acesso, ia abster-se de
445 votar as atas números 21 e 24 porque mais uma vez eram duas atas em que não estava incluído
446 partes significativas da sua intervenção, na ata número 25 nas suas intervenções está tudo bem,
447 completa, ia votar favoravelmente, se fosse só nas suas intervenções que houvesse falhas iria
448 achar que era perseguição, mas como não são só as suas, trata-se de um problema do sistema que
449 poderá ser facilmente resolvido e apelava nesse sentido.

450 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Paulo César Ribeiro

451 **Paulo César Ribeiro** Estava a cumprir um mandato porque foi eleito, não estava ali por um favor,
452 não havia intervenções do PS e do PSD, mas iam votar a favor, iam aprovar coisas onde não falam
453 nem dizem nada, este tipo de ata deveria ser mudada, se não se consegue ouvir, anexem um papel
454 aprovado ou rejeitado, espelhava o que cada um que foi eleito para isso a disse sobre aquele
455 assunto, com um orçamento de 1 milhão e 900 mil euros não tem um sistema de vídeo, não tem
456 um zoom, para fazerem as reuniões transmitidas em streaming no Facebook porque fazia todo
457 sentido, em altura de pandemia, não havia dinheiro, mas havia dinheiro, meio milhões de euros,
458 para o Largo do Ministro, mais 800 mil euros para outros sítios e para abater árvores, para isso há
459 dinheiro, que estava ali por direito e não por favor, vinham um dia antes e já tinham pedido mais
460 tempo de antecedência, na sua opinião isto não acontece em lado nenhum, ouviram o contabilista,
461 mas nem sabiam se era o contabilista, eram obrigados a aceitar e não podiam dizer nada porque
462 havia uma maioria, mas em outubro iam acabar quatro anos disto de quase a mendigarem que se
463 façam ouvir, que estavam ali por direito, em quatro anos a Presidente da Assembleia desistiu e foi
464 o que ela fez de melhor, os CTT foram embora, os escoteiros também foram embora, ou seja,
465 afundou a Charneca, o PS e o PSD não fizeram intervenções, vão votar favoravelmente e deveriam
466 abster-se.

467 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Francisco Guimarães.

468 **Francisco Guimarães** Questionou se as atas iam ser votadas individualmente.

469 **Presidente da Assembleia** Ia colocar a votação às atas individualmente porque iam haver
470 votações diferentes. Informou que iam anexar à ata nº 21 os documentos propostos pelo BE.
471 Submeteu à votação a ata nº 21, a qual foi aprovada com 6 votos a favor: 4 do PS e 2 do PSD e
472 com a abstenção: 2 do PCP, 2 dos CSC, 1 do PS, 1 do BE e 1 do CDS/PP. Submeteu à votação a
473 ata nº 24, a qual foi aprovada com 7 votos a favor: 4 do PS, 2 do PSD e 1 do BE e abstenção: 2
474 do PCP, 2 dos CSC, 1 do PS e 1 do CDS/PP. Deu a palavra ao Senhor Ricardo Duarte para
475 declaração de voto.

476 **Ricardo Duarte** Optaram por votar de forma diferente porque na ata nº 21 não se encontrou uma
477 solução para que fosse corrigida a falha ou a falta de gravação e estiveram em consonância com
478 isso, na ata nº 24 no pressuposto de que vai ser corrigido através da introdução dos documentos e
479 assim a ata já ficará completa, optaram por votar a favor.

480 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação a ata nº 25, a qual foi aprovada por maioria com
481 9 votos a favor: 4 do PS, 2 do PSD, 1 do PCP, 1 do BE e 1 do CDS/PP e 4 abstenções: 2 dos CSC,
482 1 do PS e 1 do PCP. Deu a palavra ao Senhor Francisco Guimarães para declaração de voto.

483 **Francisco Guimarães** Apesar de ter votado favoravelmente as atas em que esteve presente, em
484 uma delas se absteve porque não esteve presente, gostaria que no próximo mandato estivessem
485 resolvidos todos esses problemas com o som e que se possível tivessem uma gravação vídeo para
486 que mais fregueses possam ter acesso a reuniões, se bem que às vezes elas não sejam muito
487 bonitas, mas devem isso à população.

488 **Presidente da Assembleia** Passou ao nº 2 Apresentação, discussão e votação dos documentos da
489 prestação de contas do exercício de 2020. Deu a palavra à Senhora Presidente.

490 **Presidente da Junta** 1:54:05 até 2:16:15 inaudível.

491 **Luís Araújo** ... os mapas de prestação de contas é explicado o que cada um retrata. No que diz
492 respeito à receita e à despesa, a Junta de Santa Clara iniciou com um saldo de gerência no valor

Handwritten marks at the top right of the page, including a stylized signature and a hash symbol (#).

493 de 1.652.455,32 euros e terminou com um saldo de 1.647.026,99 euros, arrecadou receita líquida
494 no valor de 3.989.732,65 euros, pagou despesa líquida no valor de 3.995.161,00 euros,
495 comparativamente com o ano de 2019 cobrou menos receita e pagou mais despesa em 2020, no
496 que diz respeito à receita cobrada líquida as grandes fontes de receita são as transferências que
497 representam cerca de 96% comparativamente com o ano de 2019, existe uma diminuição da
498 receita no valor de 965.252,43 euros, esta diferença deve-se ao valor arrecado em 2019 relativo a
499 40% do CDC com a CML que é “promover e desenvolver diversos programas” e também a receita
500 da piscina que devido à pandemia da covid-19 esteve parte do tempo encerrada, no que diz
501 respeito à despesa, a despesa com maior relevo é a despesa com pessoal que representa cerca de
502 54% do total da despesa, comparativamente com o ano de 2019, verificaram uma diminuição das
503 despesas correntes no valor de 357.805,52 euros e um aumento de despesas de capital no valor de
504 429.057,20 euros, a diminuição da despesa corrente deve-se essencialmente à não realização de
505 parte de eventos e atividades sociais e à piscina, isto tudo devido à pandemia da covid-19, quanto
506 ao aumento das despesas de capital deve-se à execução de diversas obras no âmbito do CDC
507 referido anteriormente, no que diz respeito à execução das despesas por orgânicas, as orgânicas
508 com maior execução são as dos serviços gerais com 22%, a orgânica 03 planeamento urbano,
509 transporte e espaço público com 19% e a orgânica do desporto com 18% e a seguir vem a higiene
510 urbana com 14%, no final do exercício de 2020 a Freguesia de Santa Clara tem um ativo de
511 5.272.112,71 euros e o património líquido de 3.566.587,51 euros e um passivo de 1.705.525,10
512 euros obteve um resultado líquido do exercício de 2020 o valor de 576.110,55 euros na qual
513 propõe que o mesmo seja repartido: para reservas legais 28.805,53 euros e para resultados
514 transitados 547.305,02 euros, foi o primeiro ano que foi utilizado o SNC, os mapas elaborados no
515 próprio relatório porque tinha que fazer o preenchimento e os softwares como são um novo regime
516 o ano de 2019 não estava a ser preenchido e teve que se refazer esses mapas no próprio relatório,
517 em termos de leitura também permite, à medida que forem lendo, irem analisando e irem ao
518 encontro desses mesmos mapas.

519 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Francisco Guimarães

520 **Francisco Guimarães** Em relação às despesas de 2020 tem aquisição de bens de capital no valor
521 de 644.590,09 euros, pretendia saber ao que se refere esta despesa de capital tão elevada, sendo
522 que em 2019 essa despesa de capital foi de 215.532,00 euros, via uma disparidade de 429.058,09
523 euros significava quase meio milhão de euros de um ano para o outro e pretendia saber o porquê.
524 Em relação ao valor da ação social, no ano de 2020, em que a pandemia foi mais difícil para tantas
525 famílias e empresas, o valor em relação à ação social baixou, se havia despesa que fazia sentido
526 aumentar no ano de 2020 era precisamente esta, em contraponto com isto, verificaram que no
527 planeamento urbano, transportes e espaços públicos houve um aumento de meio milhão de euros
528 na despesa, ou seja, gastaram 1.240.429,40 euros em planeamento urbano, transporte e espaço
529 público e gastaram 291 mil euros em ação social, isto parecia lhe um ultraje, sendo que em 2020
530 tiveram o que tiveram e ainda estão a ter, não lhe parecia viável que haja um aumento de despesa
531 no ano de 2020 em meio milhão de euros em relação a esta rubrica e depois baixem a ação social.

532 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Paulo César Ribeiro

533 **Paulo César Ribeiro** Estava de acordo com o Senhor Francisco Guimarães porque em plena
534 pandemia, continua-se a fazer obras, se não existirem pessoas, se morrerem as pessoas todas,
535 ficam as obras, esta Junta durante quatro anos parece a MOTA ENGIL ou a Teixeira Duarte, são
536 obras e mais obras, eram as prioridades desta Junta de Freguesia, não eram as do CSC,
537 respeitavam, mas a maioria vence e se em uma pandemia não houver pessoas, as obras ficam para
538 se usarem elas próprias, mas isto cabe a quem está a decidir e há de ter uma resposta para isso, o
539 saldo correto é um milhão seiscentos e setenta e três mil euros com as operações da tesouraria,
540 foram arrecadados 3.989.000,00 mil euros sendo que 3.985.000,00 mil euros são despesas
541 correntes, o restante deveria ser despesas de capital, bastava ver as obras que foram feitas na
542 freguesia que correspondem a um valor de 654 mil euros. Estiveram quase a mendigar um sistema
543 de som e uma televisão e depois passam com um saldo de 1.657.000,00 euros, era um bom número
544 se tivesse sido tudo feito, se há tantos problemas para resolver, o que é que faziam a 1.650.000.00
545 no banco? Estava a render juros? é bom ter dinheiro no banco, mas se estiver tudo feito, se a Junta
546 fosse uma empresa privada com despesas correntes de 3.350.000,00 euros ia à falência.

547 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Senhor Ricardo Duarte

548 **Ricardo Duarte** Na página 04 refere contratação em regime de prestação de serviços, pessoas
549 que consideraram importantes neste momento e não podia deixar de lembrar que já foi dito
550 várias vezes nessa Assembleia que foi a atitude que este Executivo teve perante funcionários da
551 piscina que foram dispensados que é o mesmo que serem despedidos porque ficaram sem
552 rendimentos, numa altura em que lhes pareceu extremamente imoral terem o feito e tinham o
553 exemplo da CML que manteve os contratos de prestações de serviços nas AEC e etc., eram opções
554 políticas, na educação, formação e empregabilidade vem o Centro de Apoio em que
555 orgulhosamente dizem que esteve a funcionar até a pandemia no dia 13 de março e que depois
556 tentaram reabri-lo, mas não acreditava que não fosse possível arranjar uma solução para continuar
557 a apoiar essas crianças, que se precisavam antes, mais precisam nesta altura, e achava grave que
558 tivesse sido essa opção, aliás uma opção um pouco recorrente em certas situações perante alguma
559 dificuldade, como aconteceu na Glicínia Quartin, baixa os braços e fecha-se, fechar não é a melhor
560 solução, era a mais fácil e neste caso, estas 25 crianças, ficaram prejudicadas. Em relação ao GIP
561 de Santa Clara, pretendia saber qual era o papel da Junta, se era só a cedência do espaço, uma vez
562 que vem indicado porque a Junta tem algum papel nisso. Obras em curso, tinham ficado
563 descansados quando disseram que iam chumbar a recomendação porque já estava tudo tratado,
564 porque os projetos e as medidas tinham sido tomadas, estranhamente não via essa indicação nas
565 obras em curso, nem nos projetos a aguardar e ficavam um pouco mais preocupado, seriam as
566 seis passadeiras em locais estratégicos? Pretendia saber quais eram as passadeiras porque medidas
567 dissuasoras não eram propriamente passadeiras, a não ser que sejam elevadas e preocupava não
568 ver nenhuma referência neste documento. Projetos desportivos diversos, fala nas Olisipiadas, o
569 projeto Community Champions League e etc, pretendia saber qual era a participação da Junta
570 nestes projetos, se isto é a disposição da atividade da Junta, mais do que elencar coisas que
571 aconteceram na Freguesia ou que participou da Freguesia, seria importante elencar qual foi o
572 contributo da Junta. A dependência total das transferências correntes não era exclusivo desta
573 Freguesia, mas isso era discussão para outro âmbito. Solicitou que tentassem melhorar as
574 impressões dos mapas com os gráficos, porque ficavam muito escuros e eram difíceis de ler. No
575 quadro da página 10 taxas, multas e outras penalidades há um incremento significativo em 2020.
576 No quadro 8 há uma variação muito significativa nas despesas com o pessoal, seria pela
577 introdução das pessoas que trabalham na piscina, pretendida saber a que se deve está variação, ou
578 seria que estavam a retroceder e adquirir serviços em vez que contratar pessoas, e a mesma
579 situação para aquisição de bens e serviços corrente. No quadro 9 serviços gerais, educação e
580 formação e ação social, menos despesa em relação a 2019 no ano da pandemia e depois vem subir
581 a despesa, no desporto que ate se compreende, na higiene urbana é aceitável e vai subir a despesa
582 no planeamento urbano, transportes e espaço publico, o que não compreendiam de forma alguma
583 é que o corte seja feito naquilo que era mais necessário, ou seja, na educação e na ação social, não
584 entendia a logica desta situação, no relatório emitido pelos revisores oficiais de contas, na pagina
585 4 na rubrica- Limitações do trabalho do auditor, diz que não foi possível elaborar o relatório
586 relativo ao 1º semestre 2020, devido as alterações da normativa e etc, pretendia saber se não houve
587 forma de ultrapassar esta questão. Na página 34 e no que referente a contratação pública
588 “sugerimos que os serviços da junta disponham de um controle, extra contabilístico de todos os
589 procedimentos realizados por entidades de procedimento montante”, e refere o artigo 113º do
590 CCP, para cumprirem rigorosamente o artigo 17º isto refere-se basicamente a não reusar as
591 mesmas empresas, que já fizeram ajuste diretos, como tinham feito aquela recomendação que foi
592 chumbada, em um dos pontos era precisamente que estivesse claro quem eram as empresas ou
593 entidades contactadas, aparentemente não é só o BE que acha isso importante, quem faz a
594 auditoria também achou isso importante, esperava que isso fosse tido em linha de conta e que esse
595 fator também seja corrigido. Sobre o relatório de gestão, indica falhas a corrigir e tem a ver com
596 a transparência.

597 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao senhor Bruno Rolo.

598 **Bruno Rolo** Em relação ao relatório de atividades, tinha algumas dificuldades em analisa-lo
599 quando constam vários projetos, por exemplo no ano de pandemia praticamente não se realizaram,
600 10/12 avos mas constam como se o projeto tivesse sido todo feito, como por exemplo na parte
601 desportiva, alias achava estranho que 14% do orçamento da junta tenha sido para o desporto,
602 parece que não foi em despesas fixas, a piscina tem despesas fixas correntes no meio dessa

603 despesa poderia ter enquadrado os profissionais que se tinham dedicado desde que a piscina
604 existe, em vez de terem sido dispensados, no desporto como em modo geral na questão do
605 relatório de atividades é difícil colocar questões, porque na análise que fazem é mais um programa
606 de intensões que um relatório de atividades, mas em relação a situação contabilística, a mudança
607 do sistema contabilístico não facilita análise, mas pretendia questionar acerca dos mapas que lhes
608 foram enviados, se neste novo programa contabilístico não tinha direito a uma lupa, porque se era
609 uma programa contabilístico mais valia ver em braille, porque estes mapas que por acaso foram
610 substituídos, nunca tinha visto mapas tão pequenos e que devia a ver outra maneira, porque
611 metade do mapa são quadrados em branco e a outra metade do mapa são tão pequenos que não os
612 veem, não estava atribuir culpas a ninguém, sabia que era do programa e provavelmente é do
613 sistema e provavelmente quem fez o documento não está habituado a este programa e não se
614 apercebeu. Em relação análise é mais difícil, mas dava uma nota de relevo ao relatório de gestão,
615 que lhe parecia claro e dava os parabéns nesse ponto de vista ao responsável técnico, mas também
616 apontar uma falha é que não vale a pena fazer gráficos muito bonitos, porque depois são
617 apresentados a preto e preto, compreendia que havia custos mas tiveram um resultado líquido de
618 534 mil euros positivos, podia ter passado com 53 mil euros e ter gasto 4 mil euros em tinteiros,
619 os gráficos estão bonitos mas depois perdem a leitura por que estão a preto e branco, já houve
620 tempos que eram a cores. Não era com as contas que não estavam de acordo, não estavam de
621 acordo era com a política que foi realizada ao longo destes 3 anos e principalmente do último ano
622 que vem refletir nestas contas, e era por isso que ia votar contra, se calhar era um defeito da
623 oposição da extrema-esquerda à extrema-direita que era incompreensível não era só os
624 desinvestimento na ação social, já sabia que a senhora presidente ia dizer que era muito despesa
625 corrente, de outras áreas que foi posto ao serviço da população, não ia negar algum mérito que
626 houve em por outros serviços da junta que estavam inativos devido a pandemia ao serviço da ação
627 social, mas isso foi o melhor do menos mal, o problema era que passam com um resultado líquido
628 do exercício ser meio milhão de euros positivos, não é normal em ano de pandemia, mas também
629 não era normal nunca, porque em 100 anos em que houve uma pandemia, só houve esta e 100
630 anos quando houve a gripe espanhola ainda não havia estes orçamentos, e não era possível porque
631 todas as entidades da ação social e PSS principalmente tiveram uma redução das receitas e um
632 aumento brutal nas despesas, se essas entidades já te prejuízo acumulado ao longo de anos, este
633 ano 2020 foi uma coisa absurda, o resultado líquido negativo, como é que uma junta de freguesia,
634 uma entidade pública que consegue ter meio milhão de euros de resultado positivo, não fazia
635 sentido, porque não era uma questão só de opção onde se ia gastar o dinheiro, é criticável fazer
636 uma obra de 1.200.000,00€ no ano de pandemia, podiam alegar que já estava previsto que se não
637 gastassem nesse ano gastavam no seguinte, não concordava mas admitia, em termo de opção
638 política é que se passou um resultado positivo líquido de 500.000,00€ é porque não houve
639 capacidade de organização do executivo e dos serviços de aplicarem este meio milhão de euros
640 em mais resposta a população, não dizia que a que fizeram foi má, e que não foi adequada, o que
641 dizia é que foi curta e que se gastassem esse meio milhão continuava a ser curta para muita gente,
642 podiam ter feito melhor, ou porque não quiseram, ou porque não tiveram capacidade, isto não era
643 passar um esponja naquilo que se passou na freguesia, porque houve muitas famílias apoiadas
644 pelo FES, tenho conhecimento de algumas situações em que o próprio apoio social era feito em
645 circunstâncias difíceis, que havia pessoas que por vergonha não queriam pedir ajuda e não foi só
646 na freguesia de santa clara, foi no país e no mundo, outras que não queriam que os vizinhos vissem
647 e as vezes não era por vergonha, era por uma questão de conflitualidade entre a vizinhança, porque
648 havia uns que tinham diretos e outros não tinham, e isto criava situações de conflito, era um
649 panorâmica difícil nunca antes trabalhado e não estava a dizer que o que foi feito foi mal feito,
650 estava a dizer que foi muito curto e podia ter sido muito mais bem feito, até porque havia meios
651 para isso.

652 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra a senhora presidente da Junta.

653 **Presidente da Junta** A questão sobre atividade social e as despesas que foram efetuadas com
654 atividade social, que deviam de ter sido superiores aquilo que foram, aquilo que se investe na
655 atividade social não é apenas dinheiro, é também todo o trabalho que é prestado e todas as
656 atividades que estão desenvolvidas, aqui estão contidos todos os vencimentos dos funcionários
657 afetos a estas funções, quer da área social quer de todos da piscina, que foram canalizados para

658 estas funções, assim como dos eventos e da higiene urbana, também das obras e dos espaços
659 ajardinados que estiveram ajudar em diversos tipos de situações de natureza social, muitos dos
660 vencimentos, muito funcionários estava ali contidos no apoio social, estão contidos também
661 vários serviços sociais prestados, dos tradicionais serviços sociais prestado pela junta a nível da
662 academia de formação embora estejam encerrados uma parte do ano, esteve despesas e não teve
663 receitas, do centro de formação também, dos serviços sociais da junta em geral e também estavam
664 contidos os ornados os trabalhadores da junta que resultaram de uma opção de não ter que se
665 encomendar o trabalho a empresas do exterior era quase na totalidade desempenhado por pessoas
666 contratadas para a junta de freguesia, essas pessoas que o na sua esmagadoras maioria residentes
667 na freguesia de santa clara, não houve redução do numero de trabalhadores, houve apenas uma
668 ou outra mobilidade, uma ou outra pessoa que se reformou ou que faleceu, isto eram dinâmicas
669 normais do pessoal, o que houve foi variações no regime de contratação, porque houve uma
670 integração de todos os profissionais que estavam em contrato de regime prestação de serviços
671 para contrato a tempo inteiro, em termos sociais também estava contida uma politica de adequação
672 no sentido de se dar emprego as pessoas da freguesia e isso permite aumentar os seus recursos
673 familiares, financeiros, a sua gestão familiar, mas também lhes permite adquirir conhecimentos
674 que não tinham, quando recrutavam quase todos eles não detém nem habilitações literárias
675 suficientes nem conhecimentos profissionais, e junta de freguesia tem-lhes proporcionado essas
676 duas valências, através da formação, através de acordos com IEF, proporcionar-lhes qualificação
677 profissional e qualificação escolar reconhecida para poderem ingressar nos quadros da junta ou
678 promover a sua mobilidade ou candidatura a outros serviços noutra locais, tudo isto é um
679 investimento social, não se traduzia apenas em dinheiro, quem ver as coisas nessa perspectiva esta
680 a ver de uma forma muito lacunar, em termos de gastos com as atividades sociais, houve varias
681 atividade que no ano anterior não poderão ser desenvolvidas designadamente todas as colonias
682 de ferias, em que entre crianças e idosos eram mais de 200 pessoas isto tinha um gasto enorme,
683 lamentavelmente não foi feito, tiveram imensa pensa que não poderem fazer, este ano
684 provavelmente também não vão poder fazer, porque as colonias de ferias envolvem demasiados
685 riscos para a situação porque ninguém esta livre de entrar novamente numa situação de
686 contingência, não se poderão desempenhar estas atividades, logo não se gastou esse dinheiro,
687 vários passeios seniores também se faziam durante o ano, que tinham custos e também não se
688 fizeram, almoços de natal para os seniores e para os funcionários da junta nada disso pode ser
689 feito, assim como as festas da freguesia e as festas do dia da criança, só nisto iam os 540mil euros,
690 por isso não houve nenhum desinvestimento nas atividades sociais, pelo contrario, houve um
691 investimento acrescido traduzido sub tudo nos vencimentos de todo o pessoal afetos atividade
692 social e vários apoios que foram proporcionados, ao não se realizarem as atividades significou
693 esta diferença, também na piscina estando a funcionar gerava mais receita, mas também gerava
694 mais despesas porque a piscina é sempre altamente deficitária, nestas atividades todas umas que
695 se podem considerar da natureza exclusiva da piscina mas que tem uma função verdadeiramente
696 social, a junta de freguesia não desinvestiu na vertente social, pelo contrario, apoio as atividades
697 sociais, tal como pode ser verificado detalhadamente quer no relatório de atividades, quizer nas
698 atividades escritas e financeiras que são dadas trimestralmente a esta assembleia durante o ano.
699 No que diz respeito as obras realizadas, foram na sua maioria subsidiárias pelo protocolo coma
700 CML, que não podiam deixar de ser realizadas e o saldo final também contem verbas já
701 transferidas pela CML cativas destinadas a essas obras que estavam em curso e não decorreu em
702 simultâneo a transferência das verbas e a conclusão das obras, a ai uma verba transferida que esta
703 contida no saldo de 2020 mas que também esta cativa para obras, obras que estão ainda em
704 realização. Pediu ao senhor presidente para dar a palavra ao doutor Luís Araújo para mais
705 esclarecimentos.

706 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao doutor Luís Araújo.

707 **Luís Araújo** Tal como a senhora presidente acabou de esclarecer a parte da despesa na parte
708 social tem a ver com a não realização das atividades, existiu um apoio no incremento do FES,
709 relativamente ao saldo de gerência para o ano seguinte de fato a uma parte que foi arrecadada em
710 2019 que ainda não tinha sido executado esse valor na totalidade em 2020 e também uma verba
711 que receberam perto do final do ano, referente ao apoio FES a COVID-19 que ira ser aplicada no
712 ano 2021. Em relação a questão colocada pelo senhor Ricardo Duarte a cerca da página 10, o

S
A
F

713 incremento da receita das taxas deveu-se abertura de novos estabelecimentos comerciais e tem a
714 ver com a ocupação da via pública, há ali perto umas bombas de gasolina, um centro comercias e
715 uma vez que é uma área grande, essa taxa é uma verba considerada que não existia em 2019. No
716 relatório dos ROC'S é feita a auditoria a 1 ano de 1 de janeiro a 31 de dezembro, junta costuma
717 fazer sempre o relatório do primeiro semestre e depois o anual, este ano foi um ano atípico foi a
718 implementação do novo sistema contabilístico e que trouxe algumas dificuldades em termos
719 informáticos, os softwares não estavam preparados e conseguem tirar os mapas de forma que
720 não existissem erros, existiu alguma dificuldade na parte final como os mapas para enviar ao
721 tribunal de contas, ainda há pouco tempo é que conseguiram finalizar, era normal sempre que há
722 uma alteração ao regime contabilístico é a fase da adaptação. Relativamente a contabilidade de
723 gestão referida na auditoria, nas autarquias locais não é fácil, numa empresa é mais fácil, quando
724 foi implantado o POCAL que apos 10 anos era uma minoria das camaras tinha a contabilidade de
725 gestão, não era fácil e neste momento estavam e fazer de implementação e não era fácil porque
726 precisavam de capacidade de resposta em termos informáticos para dar valores precisos, iam
727 tentar para que no próximo ano conseguissem que estivesse implementado. Em relação a questão
728 colocada pelo senhor Bruno Rolo, de fato estes mapas tem mais informação e como tem mais
729 informação a folha é do mesmo tamanhos números ficam mais difíceis de leitura, mas neste
730 momento é o que tem e tem que se sujeitar a situação, agradeceu o reconhecimento de que houve
731 um trabalho muito ardo e complicado para o primeiro anos de implantação e deixar também o seu
732 agradecimento a equipa da contabilidade, financeira e administrativa porque foi um ano muito
733 duro apesar do que aconteceu durante a pandemia COVID-19 pois ainda terem esta dura tarefa,
734 mas com muito esforço e dedicação conseguiram termina-la.

735 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao senhor Ricardo Duarte.

736 **Ricardo Duarte** Colocou varias questões, todas as questões que tinham a ver na parte financeira
737 foram esclarecidas, na qual agradecia, as questões que eram politicas e que cabiam ao executivo
738 ficaram por esclarecer, não se falou no centro de estudos, dos GIP, não se falou nas medidas
739 dissuasoras, não se falou das medidas de contribuição ao desporto, falou-se muita coisa mas não
740 do que foi questionado e a senhora presidente incorreu numa situação que foi mentir, porque disse
741 que não houve redução de pessoal quando mesmo nesta assembleia, foi admitido que em relação
742 a piscina houve pessoas que estavam a recibos verdes que não continuaram, saíram, depois de se
743 ter assumido isso é triste que a assenhora presidente queira dizer que passaram de recibos verdes
744 para contratos, não era verdade já tinha sido assumido pela senhora presidente e pelos
745 funcionários, não percebia porque que insistia nessas falsidades, além de não responder ao que é
746 questionado ainda incorre numa falsidade evidente. Agradeceu uma declaração da senhora
747 presidente em que diz que a intervenção online mista e etc é trivial, concordavam que era mas se
748 era tão trivial, porque que o executivo continuava a insistir em não fazer a transmissão destas
749 assembleias para que os fregueses tenham acesso a elas. Pelas opções políticas não podiam votar
750 a favor deste documento.

751 **Presidente da Assembleia** Submeteu a votação o documento - Apresentação, discussão e votação
752 dos documentos de Prestação de Contas do Exercício 2020, os quais integração, nos termos dos
753 artigos 76º e 77º da Lei 73/2013 de 3 setembro, a certificação legal das contas de 2020 e respetivo
754 relatório sobre a situação económica e financeira 31/12/2020 imitado pelos revisores oficiais de
755 contas e relatório de atividades de 2020, qual foi aprovado por maioria com sete votos a favor:
756 cinco do PS e dois do PSD, três votos contra: dois do PCP e um do BE, duas abstenções do CDC.
757 Iam fazer uma próxima reunião mas para não ficaram documentos de 2020, acabavam o ponto
758 numero 3- Apreciação do inventário e deixavam para a aproxima reunião a documentação de 2021
759 porque estes são documento importantes para o funcionamento financeiro da autarquia.
760 Passou ao ponto 3 - Apreciação do inventário e cadastro de 2020. Deu a palavra ao senhor Ricardo
761 Duarte.

762 **Ricardo Duarte** Até podiam concordar com a decisão que o senhor presidente tomou, mas era
763 no mínimo de bom-tom colocar a decisão a assembleia o senhor presidente estava suportado numa
764 maioria, mas a bem da democracia devia colocar as questões assembleia.

765 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra a senhora presidente da Junta.

766 **Presidente da Junta** 3:11:45 até 3:15:00 - som inaudível.

767 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao senhor Bruno Rolo.

768 **Bruno Rolo** Pretendia chamar atenção da mesa para o artigo 35º do regimento que diz que a
769 assembleia pode ser prolongada se forem de assuntos de relevante interesse e depois de ouvidos
770 os representantes dos partidos, não foi o que o senhor presidente fez, este documento não era
771 importante para o funcionamento da junta, era para apreciação da assembleia, a junta já aprovou
772 e assembleia nem sequer vai votar, era só para pedirem esclarecimento ao executivo se tivessem
773 alguma duvida, isto não era nenhum assunto relevante, logo a questão de 2020 e 2021 podia-se
774 por numa situação qualquer, tratava-se de uma apreciação, não tinha nenhuma questão sobre o
775 inventario porque isto era tudo formatizado.

776 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao senhor Ricardo Duarte

777 **Ricardo Duarte** Sua posição em relação ao documento é igual ao senhor Bruno Rolo, não haviam
778 questões, em relação ao senhor presidente da mesa não era uma questão pessoal mas sim em
779 função do cargo que exerce, houve alguns momentos complicados, a responsabilidade desses
780 momentos são de cada um, estavam em fim de circulo mas ainda assim o fundo estará por ai, e
781 era importante que se as regras foram cumpridas, tinham que ser cumpridas por todos, tem que
782 ser claras, e se cronometrarem os tempos, tem que ser o tempo que cada pessoa fala e assim talvez
783 as coisas corresse melhor, e era aconselhava a ler o regimento.

784 **Presidente da Assembleia** Submeteu a votação a ata em minuta com os pontos dos documentos
785 aprovados, a qual foi aprovada por unanimidade. Reunião de continuação desta sessão ficou
786 marcada para o dia 7 de maio. Encerrou a sessão

787 Para que conste, foi por mim elaborada a presente acta, na qualidade de Primeiro Secretário da
788 Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, para sua inteira fé e validade, depois de lida
789 e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários:

790 O Presidente da Mesa:



791 O Primeiro Secretário:



792 O Segundo Secretário:



